

SUMÁRIO EXECUTIVO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA LOCAL EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA LOCAL EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

PROF^A MSc. POLIANA DE ARAÚJO PALMEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/ CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

PROF^A MSc. VANILLE VALÉRIO PESSOA BARBOSA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE/ CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE

PROF^A. DRA. SANDRA MARIA CHAVES DOS SANTOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA/ ESCOLA DE NUTRIÇÃO DA UFBA

PROF^º. RODRIGO PINHEIRO DE TOLEDO VIANNA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/ CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas a sociedade civil e o governo brasileiro debateram e construíram subsídios para o reconhecimento do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) (LEÃO & RECINE, 2011). Como resultado, desde 2006, foram editadas bases legais e institucionais que respeitam, protegem, promovem e promovem o DHAA, cabendo destacar a Emenda Constitucional nº 64 que incluiu a alimentação dentre os direitos sociais da Nação brasileira (BRASIL, 2010).

O DHAA trata, dentre outros aspectos, da disponibilidade, adequação, acesso físico, econômico e permanente aos alimentos, sendo o exercício deste direito interrelacionado à garantia e à existência dos demais (BURITY, 2010). No campo da intervenção para contemplar todos os atributos do DHAA são necessárias políticas articuladas, entre os diversos setores do governo e da sociedade, que possam garantir a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) aos diferentes grupos sociais, ou seja, o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, produzidos de forma sustentável e permanente, que contribuam com a promoção e manutenção da saúde individual e coletiva (CONSEA, 2004).

O fenômeno da SAN engloba amplas dimensões conceituais que transitam no debate sobre produção, disponibilidade, acesso e consumo dos alimentos, até condições de vida e saúde da população. Exatamente por esta característica plural a SAN se constitui como uma estratégia para organização de ações políticas e programáticas fundamentadas no princípio da intersetorialidade.

No Brasil, a lei que dispõe sobre o DHAA e a SAN é a Lei nº 11.346 de setembro de 2006, denominada Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com o objetivo de formular e implementar políticas, planos, programas e ações que assegurem o DHAA.

Segundo a LOSAN a implementação do SISAN nas esferas nacional, estadual ou municipal pressupõe a existência de pelo menos três espaços de regulação e discussão da política, são eles: Conselho de SAN, Conferência de SAN e uma Câmara interministerial/intersetorial para articulação de ações; soma-se ainda a este sistema os programas e ações relacionados à política de SAN, executados no âmbito dos setores do governo. O processo de implantação do SISAN deve se iniciar com a adesão de cada governo ao sistema, e prosseguir com a identificação de problemas relacionados à alimentação e nutrição, por meio de diagnósticos e da realização de conferências, que fundamentam a construção de um plano intersetorial de SAN que em suas ações devem contemplar programas existentes e a indicação de novas intervenções (CONSEA, 2009; CONSEA 2011).

Na atualidade o SISAN vem se estruturando no âmbito da esfera federal e em alguns estados, e tem sido fortemente defendida e incentivada a adesão deste sistema para os municípios. Nesta direção, são registrados poucos estudos cujo objeto trata deste sistema, entretanto, as pesquisas realizadas apontam para um processo de adesão e implantação do SISAN permeado por entraves (BRASIL, MDS 2008; SANTOS, 2011). Importa destacar ainda que a principal pesquisa realizada sobre esta temática teve como objeto de análise regiões metropolitanas, sendo assim, fundamental expandir o cenário dos estudos neste campo para outros con-

textos, a exemplo de municípios de pequeno porte, que apresentam conjuntura política e organização social específica.

Com base no exposto e considerando a lacuna científica existente, este estudo visou contribuir com o conhecimento sobre implementação do SISAN em municípios de pequeno porte, a partir da identificação de fatores que possam favorecer ou comprometer este processo. Realizada por equipe da Universidade Federal de Campina Grande - PB, em parceria com a Universidade Federal da Bahia e Paraíba, a pesquisa teve como cenário o município de Cuité, localizado no interior do estado da Paraíba, semiárido nordestino.

METODOLOGIA

A metodologia adotada nesta pesquisa considerou as etapas necessárias para a adesão de municípios de pequeno porte ao SISAN. Sendo assim, foram desenvolvidas pelo menos três ações, sendo a primeira direcionada à realização de um diagnóstico sobre a situação de insegurança alimentar e nutricional no município; a segunda referente à investigação do potencial local para conformação do SISAN; e a terceira envolvendo a discussão e reflexão, com gestores municipais, acerca das oportunidades e constrangimentos para a implementação deste sistema, no âmbito do município, como descritas a seguir.

DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO

Realizou-se um estudo seccional representativo da zona urbana e rural do município de Cuité. A pesquisa de campo ocorreu durante os meses de maio a julho de 2011. No cálculo da amostra dos domicílios utilizou-se a técnica de Amostragem Aleatória Estratificada, na qual o município foi dividido em área urbana e rural, adotando-se uma partilha proporcional. Os dados populacionais do censo demográfico de 2010 apontavam a existência de 5869 domicílios particulares permanente em Cuité, sendo 5955 destes situados na zona urbana e 1914 na zona rural, com base nestes dados foi calculada a amostra representativa do município. Utilizou-se o erro amostral máximo de 5% sob nível de confiança de 95%. A estimativa esperada de segurança alimentar foi de 50% para maximizar o tamanho da amostra.

A partir do registro municipal do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) foram sorteados os domicílios a serem pesquisados na zona urbana. Importa destacar que foi realizada uma atualização deste cadastro o que possibilitou a inclusão de áreas até então descobertas no sorteio. Em caso de recusa ou de sorteio de estabelecimento comercial, os entrevistadores foram orientados a incluir um novo domicílio de acordo com a lista de substituição previamente definida ou direcionar-se a residência vizinha à sorteada. Na zona rural construiu-se um plano cartesiano no mapa cartográfico rural do município, e assim foram sorteados 12 pontos aleatórios, que englobaram 16 localidades rurais. Procurou-se em cada região visitada pesquisar em média 10 domicílios, em caso de não existência da quantidade de domicílios estipulada, este número foi compensado em outra localidade.

A pesquisa de campo contemplou entrevistas domiciliares realizadas por alunos de graduação em Nutrição previamente treinados. Todos os participantes da pesquisa assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido antes da sua inclusão na amostra.

Um questionário pré-testado foi utilizado para coleta de dados, sendo composto pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e outras informações relacionadas à situação de Insegurança Alimentar (ISAN), a saber: condições social, demográfica e econômica da família, estado nutricional de indivíduos adultos, produção e consumo de alimentos e participação em programas sociais. Ao final do trabalho de campo foram pesquisados 359 domicílios no município de Cuité que compõem a amostra deste estudo, sendo 245 localizados na zona urbana e 114 na zona rural.

A classificação das famílias segundo segurança alimentar e grau de insegurança foi feita conforme a metodologia da EBIA (SEGALL-CORRÊA, A.M. et al, 2003). Os dados resultantes foram digitalizados, usando o utilitário Access do pacote Office for Windows, e as análises realizadas com o auxílio da plataforma estatística SPSS for Windows 11.0.

POTENCIAL PARA CONFORMAÇÃO DO SISAN NO MUNICÍPIO

A potencialidade do município para adesão do SISAN foi investigada por meio de observação participante de pesquisadores do projeto em espaços de discussão sobre SAN, a exemplo do Conselho e Conferência municipal; identificação de programas e ações existentes no âmbito de cada secretaria municipal e na sociedade civil; e entrevistas realizadas com gestores de programas, com o uso de um gravador de voz digital. Todos os gestores entrevistados assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido.

Além da análise do conteúdo do material coletado verificou-se a abrangência das ações, segundo eixos da SAN proposto pelo Instituto Pólis (BRASIL MDS, 2008), a saber:

- (1) PRODUÇÃO AGROALIMENTAR;
- (2) ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR;
- (3) CONSUMO ALIMENTAR;
- (4) PROGRAMAS ALIMENTARES SUPLEMENTARES E MONITORAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR;

OFICINAS DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN

A oficina intitulada “Segurança Alimentar e Nutricional no município de Cuité: discutindo problemas e traçando metas” foi realizada no mês de novembro de 2011, e teve o objetivo de estimular a discussão entre gestores e pesquisadores sobre os entraves, dificuldades e potencialidades para a efetivação da política municipal de SAN em Cuité. Para tanto, as atividades foram planejadas com os objetivos de estimular a discussão coletiva e reflexão individual dos participantes.

O evento ocorreu no período de um dia inteiro com intervalo para almoço. No turno da manhã foi trabalhado o conteúdo referente ao I Diagnóstico sobre condições de vida, nutrição e insegurança alimentar da população cuitense, após o contato com os resultados os participantes registraram em papel os principais problemas a serem destacados, esses registros foram compilados em uma matriz de problemas, e realizou-se em grupo o exercício de refletir sobre as causas desses problemas na comunidade cuitense.

No período da tarde foi apresentado o mapeamento de ações e programas relacionados com a política de SAN vigentes no município de Cuité, segundo as dimensões da SAN: Produção de alimentos, Disponibilidade de alimentos de qualidade, Acesso e consumo adequado de alimentos e Saúde e nutrição da população. Para cada conjunto de programas/ações apresentado foi estimulada a discussão sobre os aspectos positivos e quais os desafios e lacunas na execução destes programas/ações.

Após esta atividade duas questões de problematização foram colocadas em discussão, são elas: "Quais as dificuldades e desafios para a realização com eficiência da política de SAN?" e "Como posso contribuir para a superação de problemas?". Os participantes anotaram individualmente suas respostas em targetas fornecidas pelo grupo e ao final, estas foram expostas em um mural para socialização. Por fim foi realizada uma avaliação do momento vivenciado e o material produzido arquivado para posterior análise.

ASPECTOS ÉTICOS

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Estadual da Paraíba na sua reunião ordinária em 12 de abril de 2011, de acordo com a resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O CENÁRIO DO ESTUDO: O MUNICÍPIO DE CUITÉ

Segundo dados do IBGE Cidades o município de Cuité está localizado a 235 km de distância da capital do estado da Paraíba e situa-se na Região do Agreste Paraibano. Cuité ocupa área de 742 km², onde atualmente residem cerca de 19.900 habitantes, sendo 67% na zona urbana do município. Cuité integra o conjunto de municípios que compõem o Território de Cidadania do Curimataú paraibano que é composto por outros nove municípios de pequeno porte.

Em termos de produção agropecuária o município de Cuité apresenta vocação na produção frutífera, com destaque para a produção de goiaba, manga e caju; de grãos, a exemplo do feijão; e apicultura. A comercialização de alimentos ocorre em espaços públicos, como a feira municipal, referência na região do Curimataú, e em pequenos pontos de comércio montado por feirantes locais, que ocorrem em diferentes dias da semana. Os indicadores sociais do município de Cuité apontam para a baixa renda e escolaridade da população, que resultam em um Índice de Desenvolvimento Humano de 0,59.

DIAGNÓSTICO SOBRE A SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DA POPULAÇÃO CUITEENSE

O diagnóstico da situação de SAN no Município de Cuité apontou que grande parte das famílias pesquisadas convive com a preocupação ou medo de não ter o acesso ao alimento, ou seja, 30,4% vivenciam situações de insegurança alimentar leve; em outras famílias há relatos do comprometimento da qualidade da alimentação para garantir a quantidade diária de alimentos, o que caracteriza insegurança alimentar moderada em 15,6% dos domicílios; e por fim, foi diagnosticado insegurança alimentar do tipo grave em 9,7% dos domicílios, situação na qual algum integrante da família, adulto ou criança, nos últimos três meses que antecedem a pesquisa passou um dia inteiro sem comer, por não haver dinheiro ou outra forma de adquirir o alimento (Tabela 1).

Um estudo realizado por Vianna e Segall-Corrêa (2008) em 14 dos municípios mais pobres da Paraíba, apontou para prevalências de ISAN inferiores à observada neste estudo, a exemplo de Nova Floresta e Picuí, municípios que integram o território da cidadania do Curimataú, nos quais a pesquisa registrou 47,1% e 42,5%, respectivamente, dos domicílios em situação de ISAN e em Picuí 42,5%, o que reafirma a situação de vulnerabilidade da população cuiteense.

Tabela 1: Percentual de domicílios em situação de segurança alimentar e nutricional, insegurança alimentar e gravidades segundo zona urbana e rural, Cuité, Paraíba, 2011

SITUAÇÃO DE INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CUITÉ	ZONA URBANA	ZONA RURAL
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	44,3%	53,1%	25,4%
INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	55,7%	46,9%	74,6%
INSEGURANÇA ALIMENTAR LEVE	30,4%	27,3%	36,8%
INSEGURANÇA ALIMENTAR MODERADA	15,6%	12,2%	22,8%
INSEGURANÇA ALIMENTAR GRAVE	9,7%	7,3%	14,9%

FONTE: DADOS PESQUISA DE CAMPO, 2011.

Ao comparar os dados encontrados com estudos atuais, a exemplo dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2010), realizada pelo IBGE em 2009, verificou-se um percentual de domicílios em situação de SAN em Cuité inferior aos observados no Nordeste brasileiro (59,7%) e na Paraíba (59,0%).

Ainda com relação aos dados sobre SAN domiciliar importa destacar que a situação de ISAN se mostrou mais prevalente e grave entre as famílias da zona rural do município de Cuité, visto que, apenas 25,4% das famílias afirmavam ter acesso permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficiente. Os resultados da PNAD 2009 também apontaram uma prevalência de ISAN superior no Nordeste rural (49,0%) quando comparada ao urbano (45,1%), entretanto, em Cuité esta diferença se apresentou mais expressiva.

Neste contexto avalia-se que as raízes da grave situação de ISAN observada dentre as famílias rurais pode ter alicerce na incipiência da produção de alimentos no mu-

nício. Dentre as famílias pesquisadas na zona rural verificou-se que 100% dos entrevistados referiram produzir alimentos para consumo, enquanto que, 47,8% para venda. Dentre os produtores que comercializam os seus produtos estes afirmaram que o escoamento da produção é realizado segundo quatro caminhos: direto ao consumidor (49,3%), atravessadores (46,4%), mercados (18,8%) e governo (2,9%).

Ainda com relação ao homem do campo foi observado que grande parte das famílias tem acesso à água diariamente, por meio do Programa de Cisternas, sendo esta uma ação de proteção fundamental à permanência das famílias na zona rural. Com relação aos demais programas federais de incentivo à agricultura familiar, apenas 27,3% das famílias pesquisadas relataram o acesso aos incentivos do Garantia-Safra, Programa Nacional de Incentivo à Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos, o que pode dificultar o sistema alimentar de produção e abastecimento alimentar no município de Cuité.

Outro indicador fundamental na discussão da situação de fome é o Estado Nutricional Antropométrico de adultos segundo o indicador Índice de Massa Corporal. No município de Cuité foi diagnosticada uma prevalência de magreza inferior a 5% na população, enquanto que, 32,2% dos indivíduos apresentaram sobrepeso e 16,5% obesidade (Tabela 2). Estes dados corroboram com os resultados apresentados pela Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009 que encontrou na região nordeste a prevalência de 52,8% de indivíduos com sobrepeso/obesidade. Importa destacar que em Cuité foi encontrada uma maior prevalência de indivíduos obesos quando comparado a POF 2008-2009 (9,9%). Observou-se ainda que a prevalência de sobrepeso/obesidade não varia em função de variáveis como área de moradia (urbana ou rural) e renda familiar.

O aumento da prevalência da obesidade entre indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social foi destacado na POF 2008-2009, sendo o consumo excessivo de calorias, derivadas de uma alimentação de baixo custo e de alto valor calórico, e o sedentarismo, fatores determinantes desta nova faceta da fome (BEZERRA & SICHIERI, 2011).

Tabela 2: Prevalência de baixo peso, eutrofia, sobrepeso e obesidade entre indivíduos adultos de 20-59 anos de idade, segundo zona urbana e zona rural, Cuité, Paraíba, 2011

ÍNDICE DE MASSA CORPORAL	CUITÉ	ZONA URBANA	ZONA RURAL
BAIXO PESO	1,4%	1,3%	1,8%
EUTRÓFICO	49,9%	49%	51,8%
SOBREPESO	32,2%	31,4%	33,9%
OBESIDADE	16,5%	18,4%	12,5%

FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2011.

Considerando um dos principais indicadores da pobreza, a renda, verificou-se no município de Cuité que 36,8% das famílias convivem com renda mensal per capita inferior a 136,24 reais, que corresponde a menos de ¼ do salário mínimo. O resultado do Censo 2010 identificou um percentual inferior a 30% da população de municípios com até 20.000 habitantes que possuem renda per capita mensal de até ¼ do salário

mínimo. Um dos fatores determinantes da vulnerabilidade social observada no município de Cuité é o déficit educacional, visto que, mais de 70% dos chefes de família nunca estudaram ou apenas iniciaram o ensino fundamental incompleto.

Ao recortar apenas famílias consideradas de Baixa Renda (famílias com crianças e renda per capita mensal <R\$140,00 e famílias sem crianças com renda <R\$70,00), observou-se que 91,3% destas são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), o que destaca o alcance dos programas sociais no município. Desta forma, o PBF se mostra como uma estratégia necessária a redução do convívio com a fome, que alcança pelo menos 10% da população deste município. Entretanto, sabe-se que a superação deste problema requer o investimento em ações direcionadas aos determinantes do problema, ou seja, a superação de fatores de risco enraizados na comunidade.

Com a análise destes resultados observa-se a convergência e complexidade de problemas relacionados à SAN que envolvem competências de diversos setores do governo municipal, como educação, assistência social, agricultura e saúde. Sendo assim, torna-se emergencial a conformação de uma política municipal de SAN em Cuité que possa intervir de forma intersetorial e por meio do direcionamento de ações planejadas à população de maior risco.

POTENCIAIS PARA CONFORMAÇÃO DO SISAN MUNICIPAL: OS ELEMENTOS ENCONTRADOS, A ORGANIZAÇÃO SOCIAL E OS PROGRAMAS E AÇÕES EXECUTADOS EM CUITÉ

Em termos de políticas públicas, apesar da inexistência de bases legais que garantam e exijam a participação no SISAN, verificou-se o potencial local para a adesão ao sistema, visto que, alguns dos componentes necessários ao funcionamento do sistema foram observados no município.

Neste sentido, Cuité conta atualmente com um Conselho municipal de SAN – COMSEA-CUITÉ que realizou duas conferências, desde sua criação, em 2003, e um conjunto de 18 programas/ações relacionados à SAN vinculados ao governo municipal, 23 associações comunitárias de agricultores do tipo familiar, uma sede da Rede Agência Mandalla Empreendimentos Sustentáveis e uma Associação de Mulheres Artesãs. Apesar da existência destas organizações, com o trabalho de campo, observou-se que, até a realização desta pesquisa, o governo municipal, assim como a sociedade civil, não haviam despertado para esta agenda política.

O COMSEA-CUITÉ foi legalmente constituído em 2003 por meio da Lei Municipal 605/2003 e por iniciativa do poder público. A lei 605/2003 dispõe ainda sobre a composição deste conselho, e define dentre suas atribuições legais a proposição e o pronunciamento sobre ações e programas no âmbito das diretrizes da política de SAN.

O COMSEA-CUITÉ funciona atualmente com 19 assentos, sendo 5 destinados ao poder público e 14 à sociedade civil, atendendo uma proporção de 2/3 de representantes da sociedade civil e 1/3 do poder público. Entretanto, atualmente este conselho enfrenta um processo de mudanças de composição devido à dificuldade de se alcançar o quórum nas reuniões, o que se concretiza como um dos fatores que compromete um melhor funcionamento deste conselho.

Sobre o funcionamento do COMSEA-CUITÉ observou-se que não há regimento interno e a realização de reuniões regulares. Este fato pode ser atribuído à inexistência de planos de trabalho, grupos de discussão ou outros espaços organizados para debates e proposições, resultado possivelmente da desmotivação ou falta de apropriação, por parte dos conselheiros, da temática e das funções próprias do controle social. Sendo assim, observou-se que a reduzida efetividade nas ações tem despertado nos conselheiros o questionamento sobre a importância ou função da participação nas reuniões e no conselho.

Parte deste problema se relaciona com a inexistência de capacitação dos membros do conselho, o que conduz a uma reduzida mobilização em torno da questão, como também não prepara os conselheiros para os debates no âmbito das conferências.

No tocante as conferências municipais não foram encontradas registros documentais da I Conferência de SAN de Cuité, apesar da existência de relatos sobre o evento. A II Conferência municipal de SAN ocorreu no dia 15 de julho de 2011 e contou com 66 participantes. Ao final do evento foram aprovadas 41 propostas direcionadas para o âmbito municipal, estadual ou federal, sendo a maioria voltada para a esfera municipal e para o fortalecimento e incentivo à efetividade das políticas relativas à agricultura, alimentação escolar e acesso à água.

Um ponto positivo da realização desta conferência se refere ao espaço democrático criado. A metodologia adotada no âmbito dos grupos temáticos foi direcionada para o debate e definição de proposições em grupo, e a plenária se mostrou plural o que promoveu a discussão de propostas divergentes.

Com relação à deliberação das propostas da conferência foi relatado por membro do COMSEA-CUITÉ os limites existentes na direção de dar encaminhamento às propostas aprovadas, segundo este conselheiro a população participa da conferência, todavia não consegue visualizá-las na forma de ações, e afirmou ainda, que esta realidade torna o debate no âmbito da conferência cíclico, ou seja, não há evolução com relação a superação de problemas.

Neste contexto Francisco Menezes (BRASIL MDS, 2011) aponta que apesar da criação de espaços de participação popular no âmbito das políticas públicas de SAN, parte dos atores sociais concentra a sua atuação na forma de protestos e tem apresentado dificuldade na formulação de propostas com consistência e viabilidade. No caso do município de Cuité, acredita-se que a falta de iniciativas de formação prejudique ainda mais a concepção de propostas.

Esta realidade também foi observada no estudo realizado pelo Instituto Pólis em 2007 (BRASIL MDS, 2008) com o objetivo de identificar subsídios para a implantação do SISAN em regiões metropolitanas. Outra questão colocada neste estudo se refere ao descompasso entre a dinâmica das conferências municipal, estadual e nacional, problema este também visualizado após a realização da conferência municipal de Cuité, visto que, mesmo com a entrega do relatório da conferência realizada no prazo estabelecido, essas propostas não foram debatidas em nível de conferências regionais e estaduais, situação vivenciada por todos os municípios do estado da Paraíba que realizaram conferência municipal. Além disso, a

existência de conselheiros não capacitados para debater a temática da SAN, assim como, a não disseminação dos conceitos de SAN e DHAA na comunidade em geral resultam em propostas pouco amadurecidas e distantes da discussão realizada em nível nacional.

Ainda no campo da organização da sociedade civil destaca-se a existência de 23 associações comunitárias de moradores rurais em vigor no município de Cuité. Dentre estas apenas a Associação Comunitária de desenvolvimento rural Nossa Senhora das Vitórias – Brandões 1 foi identificada como, de fato, atuante.

A associação Brandões 1 é resultado da iniciativa de um grupo de 27 moradores rurais sem terra que se associaram com o objetivo de conseguir um crédito fundiário de assentamento, e na atualidade, a comunidade é considerada uma referência na produção de alimentos orgânicos no município. Segundo o presidente o desenvolvimento agrícola alcançado na comunidade é resultado do incentivo de alguns programas do governo, como Crédito fundiário (Empréstimo para aquisição de terras), Programa Nacional de Incentivo a Agricultura Familiar - PRONAF (Empréstimo para assistência técnica) e o Programa de Aquisição de Alimentos PAA - Compra Direta (compra ao produtor familiar para abastecer o Programa Nacional de Alimentação Escolar); da Empresa EMATER e do SEBRAE. Quando questionado sobre as parcerias e articulação da associação com outros programas ou setores do governo ou sociedade civil organizada o representante respondeu de forma ressaltar a necessidade de complementariedade dos programas e ações:

“É importante porque o SEBRAE capacita, a EMATER também dá uma orientação [...], e a prefeitura nos compra os produtos”
(Presidente da Associação de moradores rurais – Brandões 1.)

Com relação aos programas/ações relacionados à SAN encontrados no município de Cuité o Quadro 1 apresenta as ações agrupadas segundo dimensões da SAN apresentadas pelo Instituto Pólis (MDS, 2008). Estas ações englobam todos os eixos da SAN adotados nesta pesquisa. Entretanto, observa-se que foi identificada uma única ação no eixo Abastecimento Agroalimentar e grande parte dos programas concentrada no eixo referente ao Consumo Agroalimentar.

A inexistência de programas relacionados a alguns setores da SAN no município de Cuité tende a enfraquecer o sistema local, visto que, o alcance de metas e resultados de alguns programas depende da efetividade de outros, de forma que os programas estão interligados, sendo esta uma característica necessária à política de SAN. Como exemplo, pode-se argumentar que a ausência de programas de aproximação do produtor ao consumidor e de investimento em pontos de venda de alimentos, podem prejudicar o escoamento da produção de agricultores do tipo familiar ou a disponibilização para a população de um alimento de menor custo ou maior qualidade.

Observa-se que dos 19 programas identificados no município de Cuité três são de iniciativa municipal, são eles: Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos, Banco de alimentos e Acesso à água Dessalinizada. Os demais são programas federais executados na esfera municipal. O papel indutor do governo federal na promoção de iniciativas relacionadas a SAN foi observado em no estudo realizado

pelo Instituto Pólis em regiões metropolitanas (MDS, 2008), este papel propositivo foi observado especialmente nas capitais do Norte e Nordeste.

Quadro 1: Classificação dos programas relacionados à SAN investigados, segundo esfera proponente e eixos da segurança alimentar e nutricional, Cuité, Paraíba, 2011

PROGRAMAS/AÇÕES	ESFERA PROPONENTE	EIXO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
GARANTIA SAFRA		
PROGRAMA ÁGUA PARA CONSUMO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS		1
PROGRAMA DE CISTERNAS		
PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR		
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – “COMPRA DIRETA”		2
AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL		
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA – PBF		
PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI	GF	3
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR		
VIGILÂNCIA SANITÁRIA DE ALIMENTOS		
ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA		
NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA		
PROGRAMA NACIONAL DE SUPLEMENTAÇÃO DE FERRO		4
PROGRAMA NACIONAL DE SUPLEMENTAÇÃO DE VITAMINA A		
SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL		
ACESSO À ÁGUA DESSALINIZADA		
BANCO DE ALIMENTOS	GM	3
PROGRAMA DE DISTRIBUIÇÃO DE CESTAS DE ALIMENTOS		

FONTE: DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2011

GM: GOVERNO MUNICIPAL; GE: GOVERNO ESTADUAL; GF: GOVERNO FEDERAL.

1: PRODUÇÃO AGROALIMENTAR; 2: ABASTECIMENTO AGROALIMENTAR; 3: CONSUMO ALIMENTAR; 4: PROGRAMAS ALIMENTARES SUPLEMENTARES E MONITORAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR;

Com estes resultados verificou-se que a existência de 4 programas destinados à assistência social de famílias em situação de vulnerabilidade: Programa de Distribuição de Cestas de Alimentos, Banco de alimentos, Programa Bolsa Família e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI. Estes programas congregam ações de assistência emergencial, a exemplo da distribuição de cestas básica, transferência de renda e ações socioeducativas e de inclusão produtiva.

O programa de iniciativa municipal intitulado Banco de Alimentos tem o objetivo de arrecadar alimentos com a mobilização da sociedade civil e distribuí-los para a população vulnerável, segundo a lei municipal que cria o programa. O programa incentiva que os organizadores de eventos revertam parte do custo da entrada em alimentos.

Em termos de gestão destaca-se a atuação do PBF que tem articulado a transferência de renda com ações de inclusão social e geração de renda. Esta articulação se realiza em parceria com o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) do município que desenvolve diferentes cursos profissionalizantes e atividades socioeducativas; e por meio do uso de recursos do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que viabilizou a criação de um laboratório de informática que oferece cursos e acesso a

computadores com internet para beneficiários, e a estruturação de ações que utiliza como ferramenta de sociabilização o desenvolvimento de habilidades musicais.

Segundo o gestor do programa os recursos do IGD tem possibilitado melhorar a abrangência de ações do programa, adquirir recursos (materiais e melhorar os humanos), necessários para o funcionamento da gestão do Bolsa Família. Este relatou ainda que atualmente o município de Cuité atinge um IGD na gestão do PBF superior a 90%, entretanto, há três anos este índice não alcançava 30%. Um dos principais motivos para o baixo desempenho estava relacionado com o não cumprimento de metas das secretarias parceiras para o acompanhamento das condicionalidades do programa.

Atualmente existe um funcionário específico no âmbito da secretaria de Assistência Social para aferir peso, altura e verificar a atualização do calendário de vacinação da criança, ainda segundo o gestor "infelizmente foi necessário centralizar as ações para atingir as metas". Um dos motivos levantados por este gestor para a dificuldade de articulação entre setores é que as demais secretarias não entendem que o PBF seja uma responsabilidade do gestor e um compromisso com a comunidade.

Outra ação que tem sido desenvolvida no âmbito do PBF é a conscientização da população em geral sobre a importância de realizar denúncias de famílias que não atendem aos critérios do programa e recebem o benefício. Para tanto, o gestor realiza visitas à comunidade para troca de informações e participa de um programa na Rádio Comunitária da cidade onde discute o funcionamento do programa. Após a implementação desta ação o gestor relatou mudanças no olhar da comunidade para o programa, referindo que famílias beneficiárias que alcançam a emancipação financeira procuram a Secretaria de Assistência para entregar o benefício: "Por mês temos 6 - 7 famílias que vem entregar o benefício e repassam para outras famílias que precisam mais".

Considerando programas com potencial para articular a política de Saúde e de SAN observamos implantados no município a Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Programa Nacional de Suplementação de Vitamina A (VIT-A), Programa Nacional de Suplementação de Ferro (SAÚDE DE FERRO), Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN), Ações de Educação Alimentar e Nutricional e Vigilância Sanitária de alimentos.

O SISVAN - sistema fundamental para o diagnóstico da situação de SAN - teve o processo de implantação no município iniciado em 2011. A gestora argumenta que anteriormente o programa não havia sido implantado pela ausência de um profissional nutricionista na secretaria de Saúde, responsável técnico do programa, assim, mesmo que houvesse avaliação nutricional no âmbito da ESF estes dados nunca foram alimentados no SISVAN-WEB.

Neste processo de implementação do SISVAN em Cuité estão sendo realizadas Chamadas Nutricionais nas unidades da ESF e visita domiciliar para coleta de dados por Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Na visão da gestora alguns dos entraves para melhor funcionamento do programa é a inexistência de recursos humanos, como nutricionistas, e limitação de recursos financeiros.

Ainda com relação à deficiência de recursos humanos para gestão de programas, o VIT-A e SAÚDE DE FERRO, não foram investigados, pois no órgão-gestor não foi possível reconhecer um responsável técnico destes programas. Neste sentido verificou-se que a escassez de recursos humanos impossibilita a gestão efetiva desses programas.

Os demais programas e ações identificados no município de Cuité integram a pasta de trabalho da Secretaria Municipal de Agricultura totalizando seis iniciativas, sendo três delas voltadas ao acesso à água para consumo da família e/ ou produção de alimentos -Programa de Cisternas, Programa Água para Consumo e Produção de Alimentos e Acesso à água Dessalinizada, e as demais direcionadas, de um modo geral, para o fortalecimento da agricultura do tipo familiar como estratégia de fixação do homem no campo.

O Programa de Cisternas no município de Cuité contabiliza a construção de cerca de 500 cisternas que disponibilizam água para o consumo da família em localidades rurais. Apesar da abrangência ampla, o gestor do programa enfatiza que é necessário dar continuidade à construção das cisternas, visto que algumas áreas ainda continuam descobertas. Os dados da pesquisa por amostra de domicílios realizada por esta equipe reforçam este entendimento com a partir da observação de que este programa possibilitou a disponibilidade diária de água em parte importante da comunidade rural.

Em concordância com relato dado pelo gestor do PBF, o responsável pelo programa de instalação de cisternas destaca que os diversos setores do governo podem ter entendimentos diferentes sobre o mesmo programa, como exemplo, o gestor citou a ação da Defesa Civil na promoção do acesso à água que aconselha as famílias que não captem a água da chuva, pois isso inviabiliza o abastecimento com carro pipa – “eles recomendam que aquela família tire a calha para que a água que for abastecida pelo açude não se misture com a água da chuva, um dos motivos segundo, para a água não azedar”.

Os programas voltados para o fortalecimento da produção familiar atuam com três estratégias diferentes, entretanto complementares, o PRONAF que possibilita ao agricultor o recebimento de crédito para contratação de assistência técnica rural, o Garantia Safra que visa assegurar renda a pequenos agricultores, que venham a perder a sua produção por seca ou excesso de chuva, e por fim, o Compra direta programa que procura absorver a produção de agricultores do município.

Dentre estes programas destaca-se o PRONAF que segundo o gestor “hoje é um programa que todos os agricultores conhecem”. Na prática este programa tem se concretizado como um incentivo fundamental para a produção em assentamentos e em propriedades de pequenos agricultores, pois o governo oferece crédito a juros mínimos que pode ser revertido em investimentos na propriedade rural.

Entretanto o gestor alerta que hoje existem alguns problemas relacionados à eficácia do programa, e destaca, dentre eles, o endividamento dos agricultores. O gestor argumenta que algumas das empresas e organizações não-governamentais contratadas pelos agricultores com a verba do PRONAF não tem prestado serviços de forma a priorizar a vocação agrícola da região e o contexto de mercado, conse-

quentemente o agricultor realiza o plantio de produtos que não garantem a renda necessária para sanar suas dívidas. O gestor recomenda ainda que é necessário o fortalecimento das empresas de assistência técnica rural, a exemplo da EMATER, de forma a garantir o apoio ao agricultor e um planejamento da produção de alimentos no município.

Ainda no campo da agricultura, importa resgatar que o estudo seccional realizado no município de Cuité por este grupo de pesquisa, diagnosticou um número reduzido de produtores que afirmaram vender produtos para o governo municipal (2,9%). Em entrevista realizada com a gestora do Programa Nacional de Alimenta Escolar (PNAE) do município esta informou que desde sua atuação no programa algumas mudanças foram estabelecidas no cardápio, e atualmente alguns alimentos produzidos na região são adquiridos da agricultura familiar como leite, carne, frango, ovos, verduras e frutas. A aparente inconsistência dessas informações pode revelar um problema ainda existente em comunidades rurais: a figura do atravessador.

PRINCIPAIS OBSERVAÇÕES DA OFICINA DE DISCUSSÃO E REFLEXÃO SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SAN

Por fim, com a realização do evento “Segurança Alimentar e Nutricional no Município de Cuité: identificando problemas e traçando metas” foi possível reafirmar alguns entraves e lacunas para a efetivação da política municipal de SAN observados com a pesquisa individual de cada programa/ ação, a exemplo da falta de iniciativas no campo da comercialização e valorização da produção local de alimentos; e da necessidade de se intensificar as ações de inclusão produtiva de membros de famílias beneficiárias do PBF e de desmistificação do entendimento assistencialista do programa, ainda presente na cultura local. Foi debatido ainda a importância da realização de atividades referentes a Educação Alimentar e Nutricional, como estratégia para resgatar a valorização do consumo de alimentos regionais e produzidos no município.

O Quadro 2 apresenta uma síntese de relatos escritos por participantes da oficina sobre os desafios e dificuldades para realização da política de SAN em Cuité.

Quadro 2: Síntese de relatos dos participantes do evento “Segurança alimentar e nutricional no município de Cuité: discutindo problemas e traçando metas” sobre as dificuldades e desafios para realização da política de segurança alimentar e nutricional, Cuité, Paraíba, 2011.

QUAIS AS DIFICULDADES E DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO COM EFICIÊNCIA DA POLÍTICA DE SAN?	
DIFICULDADES	DESAFIOS
FALTA DE CONHECIMENTO E CAPACITAÇÃO PARA O TRABALHO, ESPECIALMENTE RELACIONADO COM A SAN	QUESTÕES CULTURAIS
ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E ISOLAMENTO DE AÇÕES DENTRO DE UM SETOR OU SECRETARIAS	PROMOVER A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE E VIABILIZAR A PRESENÇA DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE NOS ESPAÇOS DE DISCUSSÃO
CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECÁRIAS E FALTA DE ENGAJAMENTO DE ALGUNS FUNCIONÁRIOS	CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE E ACEITAÇÃO DAS POLÍTICAS DE LONGO PRAZO
FALTA DE EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DE MONITORAMENTO	EDUCAR A POPULAÇÃO ESCOLAR
FALTA DE CONHECIMENTO DA COMUNIDADE SOBRE ALGUNS PRODUTOS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR	
FALTA DE UM ESPAÇO REGULADO DE COMÉRCIO DE ALIMENTOS	

FONTE: OFICINA REALIZADA COM GESTORES E FUNCIONÁRIOS MUNICIPAIS

FORMAÇÃO DE UMA POLITICA DE SAN EM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE

Os resultados desta pesquisa possibilitam a reflexão sobre o processo de implantação do SISAN no município, visto que, a metodologia adotada se aproxima da proposta da Câmara interministerial de construção com a participação abrangente de diversos setores/secretarias do governo e que o Conselho Nacional de SAN defende: a efetivação da política de SAN embasada no planejamento coletivo de ações, norteadas por um diagnóstico prévio de problemas e do mapeamento de programas, visando assim complementariedade das ações.

No município de Cuité, com o apoio desta pesquisa, foi possível iniciar este processo de mobilização em torno da questão da SAN. Nesta direção a sensibilização e conscientização da população sobre as políticas de combate à fome pode ser destacada como um ponto fundamental para a efetivação do SISAN. Faz-se necessário intensificar a disseminação sobre o que representa o DHAA para comunidade em geral, direcionando ações também para a parcela da população não vulnerável à fome, com o objetivo de despertar uma reflexão coletiva sobre direitos humanos e exigibilidade, como forma de reduzir preconceitos ou discursos que estigmatizam programas que compõem a agenda da SAN, especialmente de transferência de renda. Entende-se que em Cuité, apenas com a construção do respeito da comunidade para com as pessoas beneficiadas pelos programas relacionados a SAN será possível constituir um dos pilares do sistema, que é a participação popular de todos os segmentos da sociedade.

Uma questão também visualizada na conjuntura do município de Cuité se relaciona com o efetivo funcionamento do conselho. Estudos mostram que a falta de conhecimento técnico sobre os objetivos dos conselhos e a temática que envolve a política, além do confronto existente entre o interesse particular e a ação visando o coletivo, enfraquecem este espaço (PIPITONE, et al, 2003; GERSCHMAN, Silvia, 2004).

Silvia Gerschman, 2004, ao analisar a arena que permeia os conselhos municipais de saúde, alertou para o risco de que as instâncias de controle social viessem a tornar-se efetivamente um espaço de disputa de interesses e projetos políticos individuais, ficando em segundo plano o que de fato representarem a comunidade em geral.

Aliada a esta discussão a potencialidade dos conselhos está condicionada também à capacidade do setor público em promover o seu funcionamento e disponibilizar uma estrutura administrativa e informativa, que possibilite implementar as intervenções necessárias, e que envolva os segmentos governamentais que de fato têm poder decisório (BURLANDY L. 2011, CRANTSCHANINOV TI et al, 2011). Neste sentido, a existência do COMSEA-Cuité é um elemento potencializador do SISAN no município, entretanto sua estrutura em termos de recursos físicos, orçamentários e humanos é um ponto crucial que precisa ser melhorado.

No campo das ações a diversidade de programas encontrados no município de Cuité é um potencial importante para a construção do sistema local. Entretanto, observou-se também que a falta de compreensão diferenciada sobre o objetivo e a execução dos programas em cada setor pode inviabilizá-los.

Em termos de gestão um dos principais entraves observados para a efetivação do SISAN se constitui na setorialização do planejamento público o que, por vezes, inviabiliza o exercício da integração das diversas ações dos programas de governo. Entende-se que a instituição de uma câmara intersetorial de SAN reduza este abismo, todavia, considerando a conjuntura do município de Cuité, apenas a vinculação ou responsabilização desta diretamente ao gabinete da prefeitura poderia quebrar esta lógica de segmentação setorial da política de SAN.

Ainda sobre o exercício da intersetorialidade, o conhecimento fragmentado sobre a política de SAN, restrito aos programas relativos a cada setor, incentiva a falta de articulação entre gestores de diferentes secretarias municipais. Neste sentido cabe destacar que a lógica setorial estabelecida na organização das secretarias do município de Cuité se trata também de um espaço disputa política partidária e orçamentaria, o que dificulta o diálogo.

A dificuldade de exercer a intersetorialidade se apresenta também como um entrave para a efetivação da intervenção conjunta no campo da saúde e da seguridade social. No tocante à saúde Monnerat e Souza (2011) defendem que a incorporação desta prática envolve, necessariamente, a mudança do paradigma biológico que persiste na área, enquanto no campo da seguridade social as autoras reforçam que o alcance da transversalidade necessária à rede de proteção social requer a criação de mecanismos inovadores que favoreçam a reconstrução do sistema da assistência social.

No contexto da existência de um sistema de Saúde, outro de Assistência Social e mais um de Segurança Alimentar e Nutricional, a real convergência de ações que compõem estas políticas distintas e interligadas realizar-se-ia apenas com o fortalecimento de um planejamento articulado e de uma execução conjunta, visto que a superação de problemas de saúde pública e de insegurança alimentar ocorrerá quando assegurados os direitos humanos fundamentais preconizados por estes sistemas.

Por fim, em termos de recursos humanos importa destacar o reduzido número de profissionais responsáveis técnicos no âmbito das secretarias e dos programas. No tocante a assistência técnica rural a existência de apenas um agrônomo no município inviabiliza a realização de orientação e de planos de desenvolvimento em toda a extensão rural, de modo semelhante, a sobrecarga de trabalho do profissional nutricionista não possibilitou a implantação plena de programas estratégicos que compõem o sistema, a exemplo do SISVAN.

A existência de um campus universitário em Cuité pode contribuir para redução dos problemas gerados por esta lacuna no corpo de técnicos e profissionais no município. A experiência vivenciada no desenvolvimento desta pesquisa é a percepção de que esta parceria entre a ciência e a gestão municipal pode favorecer a reflexão de gestores e profissionais sobre sua prática, sendo esta um possível fio condutor para mudanças profundas na forma de conduzir a política local. Sendo assim, o investimento em recursos humanos qualificados nos municípios e apoio a pesquisa e extensão são estratégicos para a efetivação da política e dos programas de SAN em todas as suas dimensões.

CONCLUSÕES

A metodologia desta pesquisa englobou a realização de ações no campo da SAN em pelo menos três eixos atuação. O primeiro eixo direcionado a coleta e análise de informações sobre situação de nutrição e SAN. O segundo eixo referente a informações sobre equipamentos e programas de SAN nas secretarias municipais e na sociedade civil o que proporcionou compreender a dinâmica local da política de SAN, e no terceiro eixo realizou-se o diálogo com a gestão local sobre os resultados observados na pesquisa e as dificuldades vivenciadas para efetivar a política municipal de SAN.

Com os resultados verificou-se o abismo existente no debate sobre o SISAN a nível federal e local, visto que, no município de Cuité, a exemplo de outros da região, os conceitos fundamentais desta política - SAN e DHAA - ainda não se encontram disseminados na comunidade, o que configura um entrave para o desenvolvimento de ações. Entretanto, a diversidade de programas identificada em Cuité, assim como a estruturação do conselho, aponta para a existência dos elementos necessários para a adesão municipal ao sistema.

Neste sentido, o incentivo à intersectorialidade é posto como um desafio aos governos federal, estadual e municipal, fundamental para a efetivação da política de SAN. Entende-se ainda que a articulação entre setores possa ser organizada com a incorporação de um modelo de gestão pública que priorize o planejamento e a avaliação de ações, sendo esta prática, necessária para a institucionalização de parcerias intramunicipais, enfraquecidas pela informalidade típica dos municípios interiorizados. Sendo assim, a construção do “pensar intersectorial” e do “planejar para ação” em municípios de pequeno porte requer o enfrentamento de modelos de gestão centralizados e enraizados na prática dos gestores, além do investimento em recursos humanos qualificados.

Por fim, importa relatar que ainda em 2011 o governo municipal de Cuité foi convidado a aderir ao SISAN por meio de um comunicado da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional. Esta equipe de pesquisadores foi convidada a discutir no âmbito da secretaria de Assistência Social as propostas de reestruturação do conselho municipal de SAN e de formulação da Lei Orgânica de SAN do município, ou seja, de forma tímida e frágil a política municipal de SAN de Cuité começa a ganhar corpo e a complexidade de informações que envolve esta construção reforça a necessidade de fortalecer a parceria entre universidade e governo municipal, como uma estratégia para a disponibilizar apoio à implantação de políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, Malaquias; RISSIN, Anete. A transição nutricional no Brasil: tendências regionais e temporais. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 2012 Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000700019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2003000700019&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Feb. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2003000700019>

BRASIL. Constituição. Emenda constitucional nº 64 de 4 de fevereiro 2010. Dá nova redação ao art 6º da Constituição Federal para introduzir alimentação como direito social, 1988.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Brasília. 2006. [Acesso em: 15 Feb 11] Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/consea/static/documentos/Tema/Losan/losanfin.pdf>.

BURITY, V. et al. Direito Humano à Alimentação Adequada no contexto da Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010. 204 p

BURLANDY, L. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciênc. Saúde Coletiva*, vol.16 no.1 Rio de Janeiro: 2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Março de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100010>

CONSEA. 4ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Documento de Referência. Brasília, DF: CONSEA 2011

CONSEA. Construção do Sistema Nacional e da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: a experiência brasileira. Brasília, DF: CONSEA. Novembro, 2009.

CONSEA. Princípios e Diretrizes de uma política de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Gráfica e Editora Positiva, 2004. 80 p.

CRANTSCHANINOV, T. I. et al. Governança, acesso à informação e conselhos de políticas públicas. *Rev Gestão & Pol Públicas* 1(1):73-91, 2011. Disponível em: <http://each.uspnet.usp.br/rgpp/index.php/rgpp/article/viewFile/4/6>. Acessado em: 02 de março de 2012.

GERSCHMAN, Silvia. Conselhos Municipais de Saúde: atuação e representação das comunidades populares. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, Dec. 2004 . Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600026](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000600026&lng=en&nrm=iso)>. access on 15 Feb. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X2004000600026>.

IBGE/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome/Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008/2009: Antropometria e Estado Nutricional de Crianças, Adolescentes e Adultos no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pof/2008_2009_encaa/pof_20082009_encaa.pdf Acessado em: 13 de Jan de 2012.

IBGE/Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome/Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar - 2004/2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/seguranca_alimentar_2004_2009/pnadalimentar.pdf. Acessado em: 13 de Jan de 2012

IBGE/Ministério/ Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. Indicadores Sociais Municipais: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas – informação demográfica e socioeconômica, n 28, 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf. Acesso em: 06 de março de 2012.

IBGE. Site IBGE Cidades@. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acessado em: 09 de março de 2012.

BRASIL, MDS. Subsídios para a implantação de sistemas descentralizados de Segurança Alimentar e Nutricional em regiões metropolitanas. Projeto realizado pelo Instituto Pólis por meio de Acordo de Cooperação Técnica FAO/MDS. Brasília, DF: Ministério de Desenvolvimento Social e combate à fome, 2008.

LEÃO, M.M.; RECINE, E. O direito Humano à Alimentação Adequada. In: TADDEI, J.A. et al. (Org.) Nutrição em Saúde Pública. Rio de Janeiro: Editora Rubio, 2011 p. 471-488.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Fome Zero: Uma História Brasileira. Brasília, DF: MDS, Assessoria Fome Zero, V. 1, 2 e 3, 2010. 190 p.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R.G. de. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. *Rev. katálysis*, v. 14, n. 1. Florianópolis: 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 09 Março de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802011000100005>.

PIPITONE, Maria Angélica Penatti et al. Atuação dos conselhos municipais de alimentação escolar na gestão do programa nacional de alimentação escolar. *Rev. Nutr.*, Campinas, v. 16, n. 2, June 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732003000200001&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 15 Fevereiro de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-52732003000200001>.

SANTOS, S. M. C. Segurança Alimentar no Vale do Jequiçá- Bahia – Etapa 1: bases para a construção participativa dos sistemas locais – SANVALE -Bahia[relatório de pesquisa] Salvador, BA: Universidade Federal da Bahia., 2011.

SEGALL-CORRÊA, A. M. (In) Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: validação metodologia para acompanhamento e avaliação. Campinas; UNICAMP/ universidade Estadual de Campinas/ Faculdade de Ciências Médicas, 2003. Disponível em: http://vsites.unb.br/fs/opsan/documentos/in_seguranca_alimentar_slide_6.pdf. Acessado em: 09 de março de 2012.

SOUZA. L. P. de. Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Paraná: limites e possibilidades. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, v.1, n.1, p. 66-81, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/79/203>. Acessado em: 02 de março de 2012.

Bezerra, I. N., Sichieri, R. Sobrepeso e obesidade: um problema de saúde pública. In: Taddei, J.A. et al (editores). *Nutrição em Saúde Pública*. Editora: Rubio. Rio de Janeiro, 2011.

VIANNA, R. P. de T.; SEGALL-CORREA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. *Rev. Nutr.*, Campinas, 2008 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-52732008000700010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 fev. 2012.